



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

BARTOLOMEU JOSÉ EPALANGA AGOSTINHO

**O OLHAR E A PERCEPÇÃO DE JOVENS ESTUDANTES SOBRE O RACISMO
“OCULTO” NA SOCIEDADE ANGOLANA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

BARTOLOMEU JOSÉ EPALANGA AGOSTINHO

**O OLHAR E A PERCEÇÃO DE JOVENS ESTUDANTES SOBRE O RACISMO
“OCULTO” NA SOCIEDADE ANGOLANA**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Teodoro Trinidad.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

BARTOLOMEU JOSÉ EPALANGA AGOSTINHO

**O OLHAR E A PERCEPÇÃO DE JOVENS ESTUDANTES SOBRE O RACISMO
“OCULTO” NA SOCIEDADE ANGOLANA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 04/06/2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristina Teodoro Trinidad (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Me. Florita Cuhanga António Telo

Doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Feminismo, Gênero e Mulher pela Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMA DA PESQUISA	8
3	JUSTIFICATIVA	8
3.1	REVISÃO DA LITERATURA	10
3.1.1	Racismo em Angola: perspectivas recentes	14
4	OBJETIVOS	18
4.1	OBJETIVO GERAL	18
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
5	QUADRO TEÓRICO	18
5.1	RACISMO E RACISMO INSTITUCIONAL	19
5.2	DISCRIMINAÇÃO	20
5.3	COLORISMO	21
5.4	JUVENTUDE	23
5.5	MERCADO DE TRABALHO	24
5.6	ENSINO MÉDIO EM ANGOLA	25
6	METODOLOGIA	26
7	CRONOGRAMA	29
	REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

O projeto objetiva analisar as percepções de jovens, em espaços escolares, sobre a existência e as manifestações de racismo nos âmbitos socioeconômicos, culturais e educacionais, da sociedade angolana.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), Angola está localizada na costa ocidental da África Austral, ao sul do Equador, com uma superfície total de 1.246.700 Km². A estatística apresentada em 2016 demonstra um total populacional de 25.789.024 habitantes. Faz fronteira ao norte e nordeste com a República Democrática do Congo e a República do Congo, ao sul com a Namíbia, ao leste com a Zâmbia e ao oeste com o Oceano Atlântico. Sua língua oficial é o português, para além de diversas línguas nacionais. Sua moeda é o Kwanza¹ e tem um clima tropical. Possui uma costa marítima de 1.650 km, sua fronteira terrestre ocupa uma área de 4.837 km de comprimento. No sentido Norte-Sul o território tem um comprimento máximo de 1.277 km e a largura máxima no sentido Oeste-Leste é de 1.236 km. A maior parte da população, 50.5% está numa faixa etária entre 15 - 64 anos. Com um total de dezoito (18) províncias, sua capital Luanda, tem um total populacional de 6.542 944 habitantes.

Tem uma diversidade de recursos minerais (em abundância), dentre os quais se destacam o diamante e o petróleo. Sua população é composta por várias etnias. A diversidade confere ao país, uma variedade cultural muito rica, manifestadas na dança, música, artesanato local, gastronomia, vestimenta, língua, etc.² Segundo a sua constituição (2010), Angola é uma República soberana e independente, é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamento, a soberania popular. Seu poder político é exercido por quem obtém legitimidade mediante processo eleitoral livre e democraticamente exercido.

¹ Kwanza: A primeira unidade monetária nacional, denominada Kwanza (AOK), foi criada pela Lei nº 71-A/76 de 11 de Novembro (Lei da Moeda Nacional), em substituição do escudo colonial. As primeiras cédulas foram emitidas em 1977 pelo Banco Nacional de Angola. Disponível em: <<http://www.abanc.ao/sistema-financeiro/evolucao-historica/historia-do-kwanza/>>; Além da moeda, Kwanza também é a denominação do maior rio nacional, o rio Kwanza, que é o maior rio exclusivamente angolano. O rio Kwanza nasce em Mumbué, município do Chitembo, Bié, no Planalto Central de Angola. O seu curso de 960 km desenha uma grande curva para Norte e para Oeste, antes de desaguar no Oceano Atlântico, na Barra do Kwanza, a sul de Luanda.

²Disponível em:<http://www.sonangol.co.ao/Portugu%C3%AAs/Documents/visual_Brochura_Institucional_A5_Sonangol.pdf

A saída da Angola para o Brasil, foi o que influenciou o nascimento do interesse pela temática relativa ao racismo e ao preconceito na sociedade angolana. A partir da vivência na realidade brasileira, dos diferentes estudos e debates em salas de aulas, com colegas brasileiros, meus compatriotas angolanos e colegas de outras nacionalidades, fui ampliando meu interesse em compreender, o que se vivencia aqui, no Brasil e o que é vivenciado lá, em Angola.

Passei a observar e analisar uma série de acontecimentos e fatos sociais que, de forma direta ou indireta, se assemelhavam com acontecimentos e fatos sociais em Angola – como, por exemplo, o privilégio branco e o preconceito contra pessoas com o tom de pele mais escuro, em algumas instituições. No decorrer das discussões, nas diferentes disciplinas, as temáticas que mais chamaram minha atenção, em relação à sociedade brasileira, foram: racismo, identidade racial, preconceito, feminismo, democracia racial e, os mais diversos debates sobre o machismo. Dentre essas temáticas, do meu ponto de vista como angolano, parece ter, em Angola, algum tipo de invisibilidade e silenciamento em relação à situação da população com o tom de pele mais escura. Sendo assim, meu foco neste projeto, se direciona sobre as possibilidades e estratégias para compreender de que forma o racismo está presente na sociedade angolana, e de que forma cabe uma avaliação sobre sua existência, em alguns setores/âmbitos daquela sociedade, criando, assim, certas aberturas para debates, particularmente, no espaço escolar.

Nas primeiras tentativas de levantamento de textos e pesquisas sobre a temática racial em Angola, foi possível verificar uma escassez. Paradoxalmente, ao que era possível, ao meu olhar, relembrar de algumas situações ocorridas lá, como, por exemplo: machismo e racismo. Para mim, essas questões são fundamentais e necessitam ser problematizadas e discutidas.

Ao avançar com as leituras, fui encontrando indícios teóricos de que realmente o que se observava e vivia na sociedade angolana, poderia ser analisado comparativamente ao que vivo e observo, no momento, na sociedade brasileira, ou seja, o racismo, o preconceito e a discriminação. Por vezes, em Angola, demonstramos mais respeito às pessoas com o tom de pele mais claro e as que parecem, geralmente, pertencerem a uma classe social avantajada. Por exemplo, nas diferentes agências telefônicas e nos balcões de diferentes bancos (em específico da cidade de Luanda, onde resido em Angola), é possível notar a desigualdade no número de funcionários com o tom de pele escura quando

relacionados aos cargos que ocupam. Também, em situações pessoais, quando se apresenta um/a namorada/o a amigos e aos familiares, quando esses possuem um tom de pele mais claro (uma latona/laton³ ou mulata/o), é visível à satisfação. Ou, ainda, como nos traz em seu livro Henriques (2017, p. 36) ao relatar o depoimento de uma gestora de projetos sociais que apresenta diferentes expressões e reações que se enquadram nos exemplos acima:

Temos expressões como “bom ventre” – quando uma mulher dá à luz e as pessoas vão ver o bebe — o bom ventre é aquele que produz crianças que nascem com a pele mais clara. “Vida mulata”, por exemplo: entende-se como vida boa, das pessoas que nascem para viver bem — então se usa essa expressão —. Outra expressão é “adiantar a raça” uma pessoa que se casa com uma pessoa com tez mais clara. São expressões que se usam que indicam privilégio de determinado grupo de pessoas em função da tonalidade.

Como esses, muitos outros exemplos são possíveis de observar e que se pode refletir racismo e preconceito, na sociedade angolana. Outra questão importante para a definição do meu tema foi o encontro com o livro “Racismo em português – O lado esquecido do colonialismo” de Joana Gorjão Henriques, publicado em 2017. A leitura ampliou meu ponto de vista sobre a questão da presença do racismo em Angola. A autora traz diversas abordagens sobre as diferentes sociedades colonizadas por Portugal, e o que foi esse processo de colonização. Na verdade, o livro questiona até que ponto, após quarenta anos de independência, o processo colonialista e racista, afeta as relações sócio-políticas e econômicas em Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique.

Ao analisar Angola, Henriques (2017, p. 23-63) diz que “houve independência, mas não descolonização das mentes”. Ela, ao entrevistar várias pessoas busca encontrar as possíveis influências e mudanças que a colonização trouxe para o meio social angolano e quais foram às cicatrizes que persistem até os dias atuais. Assim, por meio de entrevistas, evidencia a desigualdade social existente e conclui que o privilégio branco, se faz presente em Angola. Com a leitura, consigo perceber que além da construção sociopolítica existente no país, Angola vive de maneira ideológica o racismo que vem se arrastando desde o período colonial até aos nossos dias.

³ Denominação do calão angolano para os mulatos, isto é, as pessoas com um tom de pele claro.

2 PROBLEMA DA PESQUISA

Com as leituras e a ampliação de uma possível compreensão sobre a realidade angolana, no que se refere ao racismo e, conseqüentemente, ao preconceito em relação às pessoas com tom de pele mais escuro, creio ser possível à definição do problema deste projeto. Considerando que a escola é um local privilegiado para compreender as relações sociais, nos voltamos para ela como espaço para o desenvolvimento, por meio do seguinte questionamento:

- ✓ Quais são as percepções de jovens em relação ao racismo e o preconceito existente na sociedade angolana e, conseqüentemente, como eles compreendem que tais fenômenos podem interferir para a inserção no mercado de trabalho?

3 JUSTIFICATIVA

A ausência de debates sobre o racismo presente na sociedade angolana tende a alimentar a negação de sua presença. Conforme apresentado, meu interesse é compreender, a partir do problema descrito, quais são as possíveis respostas para a existência do racismo, do preconceito, das desigualdades sociais e da discriminação.

Os jovens, em espaços escolares, serão os sujeitos da pesquisa. Como Janzen (2016, p.1), entendo que:

[...] a juventude é um eixo da sociedade representada por indivíduos que possuem papéis e características determinadas e determinantes. Esses papéis exercidos pelos adolescentes e jovens, articulados a aspectos sociais, políticos, culturais, bio-fisiológicos, psíquicos e, históricos, são construídos a partir da visão que a sociedade possui em relação à juventude, bem como pela visão da própria juventude frente à sociedade.

Sendo assim, considero que é importante analisar que os jovens são mobilizados e mobilizadores sociais e que a construção sócio-ideológica sobre eles, é que determinará suas ações e visões sobre a própria sociedade.

Em função da etapa da vida, parece que os jovens são os maiores mobilizadores sociais e por isso, podem ser os principais atores a sofrerem situações de racismo e preconceito. Mas, também, podem ser aqueles que os reproduz nos mais diferentes setores sociais. A transição do ensino médio para o mercado de trabalho, apesar de não ser a realidade de todos os jovens, ocorre com a grande maioria. Nesse sentido, analisar como será/tem sido seus envolvimentos, suas percepções e recepções, sobre esse universo, é uma real preocupação.

Ainda, justifica a importância e o desenvolvimento deste projeto, compreender como e quais são as diferentes demandas que as produções e reproduções das preocupações apresentadas anteriormente, e que estão presentes na sociedade angolana, atingem os jovens. Como as consequências direta ou indiretamente os afetam nas diferentes esferas de suas vidas, em seus cotidianos.

Por meio do desenvolvimento do projeto, certamente, possível para contribuir à análise como se produz e se reproduz, o que estou compreendendo como racismo na sociedade angolana, problematizando, assim, os mais diferentes âmbitos daquela sociedade e, principalmente, aqueles que impactam os jovens, diretamente.

A pouca produção acadêmica na seara deste projeto, demonstra a sua relevância. O mesmo, e suas mais variadas reflexões, relacionam-se com as diversas áreas das Ciências Sociais e Humanas, desta feita, será mais um contributo significativo, possibilitando, talvez, apontar indícios e particularidades presentes em uma sociedade africana que carrega reproduções, como consequência da colonização.

Podemos observar essa necessidade com Henriques (2017), onde se observa a partir dos relatos, uma desigualdade social que nos faz concluir que o privilégio branco também se faz presente em Angola. Ainda, com os relatos contidos em seu livro, conseguimos observar que a questão racial em Angola é um problema, pois se mostra uma diversidade de ideias sobre a mesma. Por exemplo, uma colocação interessante sobre o racismo e o preconceito racial, é apresentada por Carvalho (2014) quando responde à pergunta: “Há racismo em Angola?”.

Para ele, entre nós, o preconceito racial:

Manifesta-se em duas direções contrárias: da parte da maioria negra para a minoria branca e vice-versa. O racismo tradicional, com a convicção e a assunção de superioridade de uma raça sobre outra, existe, agora em pequena dimensão. Não podia, aliás, ser de outra forma, visto que a minoria branca deixou de ter predominância no acesso ao poder político (e é este

que determina em certa medida o acesso ao poder económico).
(CARVALHO, 2014: 57)

Na sua resposta, observamos a afirmação da existência de racismo e manifestação de preconceito em Angola. Sua colocação sobre o racismo tradicional, que é hoje reduzido na sociedade angolana, é devido ao número diminuto de brancos que tem, hoje, na sociedade angolana, estes quando caracterizados pela raça, pois os “brancos” (caraterizados a partir da cor de pele) que temos na sua maioria, é consequência da miscigenação.

Tanto Henriques como Carvalho fazem uma análise aberta sobre a questão do racismo existente na sociedade angolana, não trazem especificidade num determinado campo ou área, simplesmente apresentam leituras, conceitos e relatos. A partir daí, com o meu projeto, poderei especificar um pouco mais, ao considerar o espaço escolar.

3.1 REVISÃO DA LITERATURA

Para Pinto (2016, p. 21-22) o processo de colonização em Angola começou de maneira pacífica, com uma relação de interesse comercial, e sua ocupação foi muito influenciada pelas tropas, os missionários e os comerciantes portugueses. A ocupação do território angolano, pelas forças portuguesas experientes no comércio em regiões longínquas, ocorreu a partir de pequenos pontos litorâneos e de algumas regiões do interior. As tropas portuguesas, os missionários e os comerciantes, avançaram sobre o interior de Angola e dominaram gradativamente o território nas chamadas “guerras de pacificação”, que se estenderam até as primeiras décadas do século XX, variando o grau da penetração de acordo com as especificidades de cada região. Apesar do sucesso desta expansão, não foram poucos os movimentos de resistência à presença portuguesa no território angolano. A partir desta penetração, iniciaram-se breves ciclos de exploração de produtos africanos, como a borracha, o açúcar e o café.

Ainda, para o autor, a penetração no interior das tropas, dos missionários e dos comerciantes foi uma estratégia colonial, principalmente, dos comerciantes e missionários, este último, teve papel significativo nessa ocupação, pois a conversão religiosa, levava a obediência (PINTO, 2016, p. 22). Essa ocupação passiva foi temporária, já que, depois de um tempo, começou-se a observar as reais intenções

do colono até chegar à imposição, dominação, exploração e violência, que acabaram desestabilizando o rumo histórico do continente, como nos apresenta Hernandez (2008, p. 109, apud FRUCTUOZO e AMARAL, 2009):

De todo modo, o processo de colonização foi sempre marcado pela violência, pelo despropósito e, não raro, pela irracionalidade da dominação. O confisco de terras, as formas compulsórias de trabalho, a cobrança abusiva de impostos e a violência simbólica constitutiva do racismo, feriram o dinamismo histórico dos africanos.

A imposição e dominação social e cultural da população angolana mexeu com a estrutura social, como aponta Henriques (2017) por meio do depoimento do entrevistado Paulo Carvalho, afirma o seguinte:

Tal como em outras colonizações, também na portuguesa houve imposições, diminuição e discriminação da cultura autóctone. [...] a proibição de falar as línguas nacionais angolanas, durante o período colonial. “Falar uma língua local era alvo de séria discriminação. Para se estar integrado na sociedade colonial central, era preciso falar português”, lembra o sociólogo. (HENRIQUES, 2017, p. 40).

As consequências da proibição de se falar as línguas nacionais, são visíveis até os dias hoje, na sociedade angolana. Há uma redução no que tange a fala das línguas nacionais, principalmente em Luanda: “em Luanda será preciso andar muito para encontrar duas pessoas a falar umbundo ou quimbundo, ou outra das seis línguas nacionais, porque durante muito tempo se desincentivou esse hábito”. (HENRIQUES, 2017, p. 36).

Paulo Carvalho, citado, relata que “lembra-se de uma Angola colonial em que havia separação de raças – não só social mas também espacial. Nas cidades estava o casco urbano, onde viviam os brancos, e os anéis circundantes os musseques⁴, onde viviam os negros.” (HENRIQUES, 2017, p. 24).

No entanto, contribuindo com a argumentação, Pinto (2016, p. 79) afirma que, não eram só os negros que moravam nos musseques, mas que lá, moravam

⁴ No português de Angola, musseque é um bairro ou uma aglomeração de residências pobres; correspondem às favelas brasileiras, aos bairros de lata de Portugal e aos caniços de Moçambique. Disponível em: <<https://dicionarioagramatica.com.br/2015/10/25/o-que-significa-musseque-ou-muceque/>>.

pessoas de diversas etnias⁵, culturas e origens, inclusive portugueses de baixa qualificação que não conseguiam se inserir nos ambientes privilegiados da colônia.”

Nessa direção, tudo indica que além da questão racial, havia, também, o componente da discriminação, considerando a presença de diferentes grupos sociais, inclusive, daqueles que pertenciam ao próprio grupo do colonizador. Segundo Marratzu (2006, p. 1), todos esses fatos, durante o período colonial, foram acompanhados por dois outros grandes processos que acabaram por mudar completamente a visão de mundo da população angolana: a aculturação e a assimilação. “O caso angolano foi um exemplo bem sucedido de sociedade euro-africana. Isso porque foi baseado, principalmente, em dois pilares: mestiçagem e aculturação, sendo a figura do assimilado, típica da sociedade local.”

Pinto (2016, p. 22) fala que, neste processo de expansão colonial foi onde surgiram aqueles que ele chama de “segmentos nativos”, os “chamados crioulos, angolenses, euro-africanos, filhos do país ou filhos da terra” ou, ainda, os miscigenados. Esses, como coloca Henriques (2017, p. 50), fizeram crescer grandemente a população angolana, originando assim “um novo tipo de angolano, o mestiço afro-português”. Esse grupo, segundo Pinto, teve sua ascensão “devido à proximidade com os portugueses nas esferas política, econômica e, principalmente, cultural”. Eles ganharam um diferencial destaque porque se identificavam com as culturas e instituições coloniais “o que lhes garantiu a ocupação de importantes cargos de prestígio na administração colonial, no exército, em funções religiosas e no judiciário, legitimando seu poder e influência na colônia”.

Assim,

[...] a (des)construção dos valores cultural, social, político e econômico de Angola caracterizou-se num processo histórico, profundamente influenciado pelas transformações políticas, econômicas que foram ocorrendo na geopolítica mundial. Esta guiara e definira os objetivos últimos da colonização – “assimilação dos autóctones” e a integração à nação Portuguesa dos territórios colonizados. (Telo, 2012, p. 52-53).

A assimilação foi uma estratégia do colonizador, para a ocupação de mais espaços, nos principais diferentes setores sociais, políticos e econômicos. A

⁵ Segundo Marratzu (2006, p. 6), a etnia surge como um importante enquadramento identitário antes e depois do colonialismo. O conceito de etnia, no entanto, está associado a um conceito mais profundo, que é o conceito de identidade, o qual assume uma relevância fundamental na mentalidade do africano.

desconstrução sociocultural, política e econômica, foi à dinâmica implementada por eles, para a ocupação dos distintos lugares sociais.

Segundo o que nos fala (BITTENCOURT, 1999; FREUDENTHAL, 2001; ZAMPARONI, 2008, apud FIGUEIREDO, 2017, p. 259), desde a primeira década do século XX, havia uma codificação feita pela administração colonial portuguesa para melhor denominar juridicamente os habitantes nas colônias, neste caso, africanas:

[...] que estabelecia as categorias sociorraciais do “português” (nascido na colônia ou na metrópole, e com plenos direitos sociais e políticos), do “indígena” (o africano que vivia segundo costumes locais, privado de direitos políticos e sujeito às requisições fiscais da administração colonial, em trabalho, em espécie ou em moeda corrente), e do “assimilado” (o africano que pudesse comprovar sua adesão aos costumes europeus, incluindo língua, vestuário, moradia, hábitos alimentares etc., e que era detentor, em teoria, dos mesmos direitos dos europeus).

Os assimilados, como nos explicam (BITTENCOURT, 1999; FREUDENTHAL, 2001; ZAMPARONI, 2008, apud FIGUEIREDO, 2017, p. 258), são aqueles africanos que tinham uma inclinação aos hábitos e costumes europeus. E, para chegarem a esse estatuto, falavam bem a língua do colonizador, vestiam-se como eles e tinham os mesmos modos à mesa que o colonizador, assim, teriam os “mesmos direitos”.

Paulo Carvalho, depoente de Henriques (2017, p. 24), diz que “ser assimilado era ‘ter uma maior identificação com o colonizador, com a nação portuguesa’”. Assimilados “eram aqueles que conseguiam ultrapassar o estatuto de indígenas...”. Ainda, para Fernández, os assimilados eram frutos do assimilacionismo, que:

[...] consiste na primazia, no predomínio ou na imposição de uma cultura sobre as demais. Isto pode acontecer no interior de uma comunidade política particular e também no âmbito das relações internacionais. Neste último, primeiramente, por obra do colonialismo e, depois, do neocolonialismo e da globalização. (FERNÁNDEZ, 2003, p. 410).

Macagno (2014, p. 31), também nos traz questões importantes ao analisar o assimilacionismo dentro do sistema colonial português – que, para realidade angolana é mais interessante – dizendo:

É preciso situar o assimilacionismo do sistema colonial português no espaço de um cruzamento contraditório: de um lado, o da suposta tolerância diante dos chamados “usos e costumes”, expressa na implementação de um sistema jurídico que consagrava leis especiais para indígenas; de outro, a extrema rigidez e violência na aplicação das leis para a utilização da força de trabalho africana. Tal cruzamento se estabelece na lógica de um

perpétuo contrassenso condensado no seguinte mandato: disciplinar, contemporizando os “usos e costumes” locais e, ao mesmo tempo, assimilar sem “destribilizar”.

É possível notar que o sistema jurídico regia leis especiais para os indígenas, buscando assegurar reproduções de seus hábitos e costumes. No entanto, era a presença da violência que garantia, de forma forçosa a realização de suas tarefas. Assim, a obediência prevalecia e, os costumes e a tradição, eram, talvez, expressados de outras maneiras, em outros espaços. A disciplina e a obediência, eram estratégias de sobrevivência.

A educação, nesse contexto, ganha papel fundamental, já que, era por meio dela que os colonizadores submetiam ao conhecimento diferenciado “indígenas” e “assimilados”. Esses, separados por uma série de “privilégios”, como o ensino:

[...] o sistema dual do indigenato far-se-á sentir, desta vez no âmbito da educação. Assim, buscar-se-á consolidar dois sistemas: um para os africanos e sob o ensino da Igreja Católica — o “ensino de adaptação” ou ensino rudimentar — e outro para europeus e africanos assimilados — o “ensino oficial”. (MACAGNO, 2014. p. 39).

A consolidação de dois sistemas de ensino, um para africanos e outro para europeus e assimilados, era também uma política estratégica dos colonizadores, garantindo que os assimilados se sentissem aceitos. À igreja, no comando educacional, facilitava de modo “passivo” as variadas formas de (des)construção (cultural, social e religiosa).

3.1.1 Racismo em Angola: perspectivas recentes

Considerando o apresentado, é possível tecer análises sobre os recentes escritos sobre racismo, desenvolvidos a partir da sociedade angolana. Henriques em seu livro “Racismo em português: O lado esquecido do colonialismo” (2017) traz vários relatos, resultados de entrevistas com angolanos/as de diferentes camadas sociais, em diferentes períodos. A grande importância do material são suas visões sobre a questão de racismo em Angola.

Para iniciar, a autora afirma que “o racismo é ideologia, mas não é teoria”. Para ela, o racismo é uma criação do branco, no caso, o colonizador, para fortificar a ideias da escravatura e o colonialismo:

Fomos nós, brancos, que criamos o racismo como ideologia no século XIX, defendendo a falsa ideia de que existem diferenças biológicas entre raças e de que há uma hierarquia racial, com os brancos no topo, para justificar a escravatura e o colonialismo. (HENRIQUES, 2017, p.10).

Para exemplificar, Paulo Carvalho, ao depor para a autora, relata que se observava, em muitos setores da sociedade angolana, uma separação das raças: “Havia bares interditos a quem não era assimilado – os outros podiam entrar para comprar alguma coisa, mas não para se sentar.” Ainda, afirma que havia, no período colonial, aceito pela legislação, o racismo institucional: “Era o reflexo de um racismo institucionalizado, permitido pela legislação, com a discriminação dos grupos raciais, e em que os brancos estavam no topo da pirâmide hierárquica.” (HENRIQUES, 2017, p. 25).

No entanto, ao escrever no livro “O que é racismo?”, o mesmo entrevistado e autor, nos traz outros elementos para a análise, ao ponderar que com o fim da colonização, ocorreram mudanças. Para ele, com "o processo de descolonização e a consequente formação da estrutura social, o racismo deixou de estar institucionalizado em Angola.". (CARVALHO, 2014, p. 55-56). Com isso, ele recoloca a questão, para os dias atuais:

Em Angola não existe racismo institucional. Primeiro porque a legislação não permite o racismo, segundo porque os grupos raciais não estão discriminados. Há racismo institucional quando os grupos raciais traçam estratégias de atuação com base nesse fator. Ora em Angola isso não ocorre. Nos grupos raciais minoritários como os brancos, não ocorre porque não há necessidade, isso ao contrário do que acontece em Portugal, em que os grupos raciais minoritários traçam estratégias porque são discriminados. (HENRIQUES, 2017, p. 39).

O autor considera, para a discussão, o grupo minoritário (os brancos), argumentando que, para os dias atuais, o racismo institucional não acontece com eles. Mas se nos voltarmos ao grupo majoritário (os negros), qual é a análise possível?

Ele, durante a entrevista para Henriques (2017, p. 39), vai mais além, continua dizendo que: “O facto de achar que não existe racismo institucional não significa que não exista discriminação, sublinha. Existem focos ‘de discriminação racial, mas com o objetivo de retirar benefícios económicos, políticos e sociais”.

Como a construção social e histórica, a questão sobre o racismo em Angola, parece trazer diferentes vieses. Ou seja, Elias Isaac, que também cedeu entrevista

para Henriques, fala: “As relações raciais definem-se por quem controla quem, quem exclui quem, e quem se vê excluído, (...) Hoje, em Angola, a questão das relações raciais aparece de forma subtil”. (HENRIQUES, 2017, p. 28).

Nos subúrbios mais pobres, só existe um tipo de gente, os angolanos de raça negra. Nos condomínios, nos bons subúrbios, há angolanos de raça negra da elite, com angolanos de raça mista, de raça branca ou povos de outras nações. Por isso digo que [o racismo] não aparece de forma tão expressiva na sociedade, mas subtilmente. (HENRIQUES, 2017, p. 29).

Para ele, a questão do racismo em Angola, resulta do sistema político que hierarquiza a sociedade e do privilégio que o mesmo sistema atribui:

Vai encontrar um médico angolano e um expatriado a fazerem o mesmo trabalho mas a ganharem salários diferentes e a viverem em condições sociais completamente diferentes. O poder político incentiva esta diferenciação. O governo aceita praticar essa diferença. Isto é uma questão racial porque não acontece a mesma coisa com alguém da Zâmbia ou do Zimbabwe que vem trabalhar aqui. (HENRIQUES, 2017, p. 30).

Embora não considere que exista racismo em Angola, Katila Pinto de Andrade, com fala também presente no livro, completa algumas das ideias de Elias Isaac, quando traz o fator pobreza. Ela diz que a sociedade angolana é multirracial, e predomina um equilíbrio no que tange a convivência entre essa pluralidade racial, mas que: “nota-se que maioria da população negra é a pobre, carenciada, é a população que se encontra numa situação de vulnerabilidade”. (HENRIQUES, 2017, p. 33).

Argumenta ainda que, a pobreza em Angola tem cor e tem rosto, e que é preciso se voltar para esse fato e viabilizar mecanismos que permita a entrada dos excluídos na sociedade angolana “porque corremos o risco de criar problemas raciais que não se justifiquem. A pobreza em Angola é maioritariamente negra”. Continua, falando da presença de uma desigualdade de oportunidades que também apela por uma correção, porque “é preciso criar equilíbrios”. Cita, como exemplo, a representação nas publicidades – algo muito colocado pelos entrevistados – “os rostos escolhidos são tendencialmente mais claros do que os da maioria da população.”. (HENRIQUES, 2017, p. 34).

“Se um negro e um branco chegarem ao mesmo tempo a um restaurante, é muito possível que a pessoa que está a atender vá primeiro ter com o branco”, assim nos fala Lúcia da Silveira, que carrega consigo a ideia de que “isso é uma

construção” e a remoção desse ideal da cabeça das pessoas, é muito difícil. Assim como em qualquer parte do mundo, em Angola, o privilégio branco também é visível. O belo construído pela sociedade que está alienada ao padrão de beleza, é branco. Ao usar seu cabelo natural recebe comentários como “Porque você não arranja esse cabelo, você é mulata...?”, uma demonstração clara de discriminação por usar seu cabelo natural como se, o uso do mesmo, não fosse adequado. (HENRIQUES, 2017, p. 34-35).

Da mesma forma que a entrevistada, outra depoente, Sizaltina Cutaia, afirma que em Angola “o conceito de belo é influenciado por uma visão eurocêntrica”. Quando deixou de alisar o cabelo, surgiram variados comentários como: “vais assim mesmo, o que se passa, entraste para alguma igreja?”, “A pressão social sobre isso é muito grande e reflete um problema que tem a ver com a questão da raça.”. Continuando, “Não sei se em Angola se pode falar de racismo como tal, mas existe “colorismo”, que é o sistema onde se considera a tonalidade da pele para definir o tratamento que a sociedade dá a uma pessoa.”. (HENRIQUES, 2017, p. 35-36).

Conceito interessante esse que Sizaltina Cutaia nos traz “Colorismo”, que a partir do que nos mostrou ser, se enquadra com o que se passa na realidade angolana, visto que o tom de pele influencia o modo como você é tratado nos diversos setores no país.

Complementando a posição de Lúcia da Silveira e Sizaltina Cutaia, Márcio Cabral, redator da revista “Caras Angola”, fala que “a tendência para se seguirem os padrões de beleza ocidentais em Angola é bastante visível em todo o lado”. As aplicações e os alisamentos, são os mais comuns. Mas ele afirma que há, por outro lado, cada vez mais uma aceitação das mulheres em aceitarem sua essência africana, mas isso “tem vindo a desenhar de forma subtil.”. (HENRIQUES, 2017, p. 35).

Outra afirmação de que existe racismo em Angola, vem de Ngoi Salucombo “existe racismo em Angola, sim, e que ele se manifesta de diversas formas”, exemplifica que, “nunca vi nenhum branco ou mulato a varrer a rua e isso pode ser um motivo pelo qual o negro se sinta discriminado e sofra racismo”. (HENRIQUES, 2017, p. 37).

Contudo, observamos uma diversidade de opiniões sobre a questão do racismo e preconceito na sociedade angolana, mas não observamos um posicionamento final de Henriques e nem Carvalho que apesar da sua análise sobre

o racismo tradicional na sociedade angolana, não faz uma análise direta que afirmasse ou negasse a reprodução do racismo em Angola. Desta feita, a pesquisa se torna interessante e premente, pois, além de buscar estratégias para a compreensão sobre a existência ou não do racismo em Angola, tem um campo aberto que visa proporcionar uma análise da sociedade, a partir da visão dos jovens estudantes.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

- ✓ Analisar as percepções de jovens, em espaços escolares, sobre a existência do racismo na sociedade angolana e seus impactos para a mobilidade e inserção no mercado de trabalho.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Identificar quais elementos que jovens, em espaços escolares, utilizam para argumentar a existência de racismo na sociedade angolana;
- ✓ Analisar qual é a visão de jovens sobre as possíveis definições de racismo?
- ✓ Levantar fatores que jovens utilizam para justificar se o tom de pele tem influência para a inserção no mercado de trabalho;
- ✓ Compreender, por meio de suas falas, a percepção de jovens e de professores, qual tem sido o papel da escola frente às possíveis situações de racismo no ambiente escolar.

5 QUADRO TEÓRICO

O quadro teórico em questão segue as orientações do Professor Antônio Joaquim Severino, em seu livro *Metodologia do Trabalho Científico* (2007). Ao nos ensinar sobre a estrutura para a elaboração de um Projeto, ele nos diz que tal quadro, “trata de esclarecer as várias categorias que serão utilizadas para dar conta

dos fenômenos a serem abordados e explicados”. (p.131) Sendo assim, que - neste momento, podendo ser ampliadas - consideramos fundamental para a análise dos dados que serão coletados, as categorias que seguem:

5.1 RACISMO E RACISMO INSTITUCIONAL

Para Carvalho (2014 p. 37) o racismo “surge a partir da divisão dos seres humanos segundo um suposto critério racial e da sua conseqüente hierarquização segundo esse mesmo critério.”. “O que é racismo?”, ao responder o autor diz que é a “convicção de superioridade de uma “raça” em relação às demais”, uma superioridade que trespassa a cor da pele, e que está associada às atitudes e aos comportamentos, carregados de preconceitos e de discriminação, dirigidos às “raças” consideradas “inferiores”. (CARVALHO, 2014, pp. 38-39).

Afirma ainda que:

[...] é uma “configuração multidimensional e tendencialmente articulada de crenças e emoções negativas relativamente a um grupo, ou a indivíduos membros de um grupo, categorizado e objectivado como um grupo «racial», sendo que tais crenças resultam da “simples pertença desses indivíduos a esse grupo”. (CARVALHO, 2014, p. 39).

Ainda, seguindo a lógica do autor, para analisar a existência do racismo em Angola é preciso olhar para o “período colonial onde havia racismo institucional e institucionalizado”. O sistema colonial português se voltou a para “a discriminação racial institucionalizada, a partir do reconhecimento da existência de raças humanas e da sua hierarquização, tanto no discurso oficial, quanto na prática social.” (CARVALHO, 2014, p.54).

Nesse período, “O conceito de raça e a atitude perante a raça estavam, então, demasiado associados à estrutura social”. (CARVALHO, 2014, p. 55). À cor da pele, estava associada à segregação espacial, que era visível na sociedade angolana, isto é:

[...] as áreas urbanas das cidades eram maioritariamente ocupadas por caucasóides (europeus ou seus descendentes, já nascidos em Angola), havendo apenas um pequeno grupo de negroides a quem era atribuído o estatuto de assimilado, que residiam nas urbes angolanas. A esmagadora maioria dos colonizados residia em meio rural e nos anéis circundantes das cidades – os chamados musseques, que serviam de sustentáculo à

economia colonial e à economia doméstica da sociedade central. (CARVALHO, 2014, p. 55).

Para o autor, tudo indica que “o processo de descolonização e a consequente formação da estrutura social, o racismo deixou de estar institucionalizado em Angola”. Continua dizendo que: “a raça (ou a cor da pele, que é frequentemente utilizada como sinónimo de raça) deixou de ser ator primário de diferenciação social, como era no período colonial.”. Tais mudanças não ocorreram somente com as questões de segregação espacial, mas, “as posições cimeiras da hierarquia social e do poder político e económico passaram a ser ocupadas por pessoas com diferentes identidade racial (e étnica), maioritariamente negroides”. (CARVALHO, 2014, p. 55-56).

No entanto, afirma o mesmo, apesar de o racismo ter deixado de ser institucionalizado, o preconceito racial e suas manifestações ficaram lá inseridas “assumimos a existência de preconceito racial, tal como assumimos a existência de preconceito étnico em Angola.”. (CARVALHO, 2014, p. 56).

5.2 DISCRIMINAÇÃO

Para Coutinho (2003, p.14), a discriminação é percebida como um comportamento que de forma negativa intervém nos direitos das pessoas, impedindo as mesmas, por razões injustificadas e de uma forma plena, exercerem o seu direito a igualdade de oportunidade. Isso demonstra que, a discriminação é uma forma do outro tratar, diferenciadamente, em relação ao outro.

De acordo com o autor, existem dois tipos de discriminação: a negativa e a positiva. A discriminação negativa é aquela em que o tratamento desigual cria um desfavorecimento ao indivíduo, não permitindo o exercício de seus direitos como pessoa humana, ou também, dentro de um grupo, o indivíduo é excluído da vida social, sem justificativa.

Já, a discriminação positiva para Coutinho (2003, p. 15), é conjunto de formas e iniciativas políticas que tem como objetivo ajudar as pessoas ou grupos que estão numa condição desfavorável, em oposição das ações da discriminação negativa.

Na concepção de Monteiro:

O tratamento diferenciado entre as pessoas baseado em suas particularidades recebe a denominação de ação afirmativa ou discriminação positiva, consistindo na adoção de medidas especiais a determinados grupos no sentido de promover sua equiparação ao restante da sociedade, em termos de pleno exercício de direitos. Como se vê, essa é uma questão referente a igualdade de fato, diferente da igualdade na lei, que veda qualquer forma de discriminação, seja em razão de cor, raça, idade, sexo, origem, religião, riqueza ou qualquer outra espécie. (MONTEIRO, 2005, p. s/n).

Já, para a (ENCICLOPEDIA LIVRE, 2017) discriminar é a prática de tratar as pessoas de maneira diferente com base em distinções feitas sem levar em conta, o mérito individual. Exemplos de categorias em que a discriminação ocorre incluem raça e etnia, religião, sexo/gênero, peso, deficiência, estatura, condições de emprego, orientação sexual e idade. Na visão de Monteiro:

O reconhecimento de que a discriminação contra um reclamante individual pode ser induzida de evidência estatística e de que o reclamante deve ter o direito de acesso a tal evidência representa grande desenvolvimento, podendo formar as bases para procedimentos que restrinjam tanto a discriminação direta quanto a indireta. (MONTEIRO, s.a).

Sobre o argumento acima, procede à definição sobre discriminação direta e indireta que (CORBO, 2017), (BRAGATO e ADAMATTI, 2014, p.96) discorreu que a “discriminação indireta é a existência de um ato ou de uma prática, públicos ou privados, que condicione o desfrute ou exercício de direitos com base em critérios aparentemente neutros”. (CORBO, 2017).

A discriminação direta ocorre quando qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, fundadas em qualquer forma de diferenciação proibida (raça, cor, sexo etc.), tem o propósito de anular ou prejudicar o reconhecimento, o gozo ou o exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos econômico, social, cultural ou qualquer campo da vida pública.”. (BRAGATO e ADAMATTI, 2014 p. 96).

5.3 COLORISMO

O termo foi usado pela primeira vez pela escritora Alice Walker⁶ no ensaio “If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?”, publicado no

⁶ Escritora estado-unidense, Alice Malsenior Walker, ativista feminista, romancista, contista, poetisa, ensaísta, ativista. Ganhou em 1983, aos 39 anos de idade, o Prêmio Pulitzer pelo aclamado romance

livro “In Search of Our Mothers’ Garden” em 1982, como “tratamento preferencial de pessoas da mesma raça baseadas somente em suas cores”. (NORWOOD, 2015, p. 586).

Djokic (2015) no texto publicado pelo site Blogueira Negras define o colorismo – ou pigmentocracia – como “a discriminação pela cor da pele, que é muito comum em países que sofreram a colonização europeia e em países pós-escravocratas”, querendo dizer que quanto mais pigmentada, mais discriminação e exclusão a pessoa sofre. Tanto Walker em Norwood (2015) como Djokic (2015) apresentam diferenças entre o colorismo e o racismo. Walker nos fala que:

[...] colorismo não é racismo, embora haja um relacionamento claro. Um exemplo claro de o racismo envolveria uma empresa que se recusa a contratar pessoas negras. O colorismo não impediria a contratação de uma pessoa negra, mas haveria preferência por uma pessoa negra com um tom de pele mais claro do que um mais escuro.

Já Djokic coloca que:

Ao contrário do racismo, que se orienta na identificação do sujeito como pertencente a certa raça para poder exercer a discriminação, o colorismo se orienta somente na cor da pele da pessoa. Isso quer dizer que, ainda que uma pessoa seja reconhecida como negra ou afrodescendente, a tonalidade de sua pele será decisiva para o tratamento que a sociedade dará a ela.

Observamos então que ambos, racismo ou colorismo, são discriminatórios, mas possuem suas diferenças de como se dão, já que, por um lado acontece a partir da raça e, por outro, da cor da pele.

O colorismo se apresenta como um sistema de favores, onde há uma aceitação dos “sujeitos negros com identificação maior de traços físicos mais próximos do europeu”, mas que, não ganham a mesma consideração e nem o mesmo tratamento que os brancos. É uma tolerância, uma inserção “aceitável”, com seus limites e atribuições próprias. (DJOKIC, 2015).

Mas, “a presença de pessoas negras, cujos traços físicos são mais aceitos pela branquitude, em espaços que ela pretendia manter exclusivamente brancos, provoca a camuflagem do racismo ainda vigente na nossa sociedade.” (DJOKIC, 2015).

Essa aceitação e privilégios dados para as pessoas negras com o tom de pele mais claro gera um conflito, quando se trata de comunidades negras: “O colorismo contudo não é um problema exclusivo da interação entre a branquitude e o sujeito negro dos mais variados tons na sociedade, ele gera conflito também dentro da comunidade negra.”. (DJOKIC, 2015).

Esse conflito e “rivalidade”, se dá porque o outro lado (os negros com a cor de pele mais escura), têm que lutar por seus direitos para conseguirem seus espaços sem vantagem alguma e Inimitações viabilidades. (DJOKIC, 2015).

5.4 JUVENTUDE

O conceito de juventude e adolescência não tem uma definição ao certo, pois se trata de um período em que os jovens precisem construir uma nova identidade e encontrar o seu lugar no mundo. Para Juarez Dayrell,

[...] A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. [...]. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes. Assim, compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito social. (DAYRELL, 2003, p. 42)

De acordo com Contini e Koller (2002 apud LÔBO e NASCIMENTO, 2012, p.), ao se referirem à teoria psicossocial de Erikson, definem juventude como:

[...] uma etapa equivocadamente aludida por muitos que não compreendem que a confusão de papéis e a busca da identidade nesta fase é típico e necessário para a integração da estrutura do indivíduo social, no estabelecimento de uma identidade própria, onde as vivências e estimulações nessa etapa se apresentam prioritárias nos espaços de desenvolvimento moral e cultural da e na juventude onde quer que ela esteja.

Esse processo de busca de desenvolvimento, para as autoras, está diretamente relacionado à construção da autoimagem, como: constituição identitária, posicionamento sobre sua sexualidade, nas buscas sobre independência (dentro do seio familiar), vínculos, atitude, valores, posicionamentos políticos, questões de

experiências extremamente vivenciais e não somente de experimentações sensoriais.

Para elas, ainda, essa construção de visão de mundo, desenvolvida na juventude, é feita a partir do “olhar ao seu redor, percebe-se parte de um mundo, de uma sociedade”, é na juventude que se começa a pensar nos posicionamentos, papéis e assuntos gerais como violência, mercado de trabalho, enfim, articula com sua própria vida.

Silva e Lopes (2009, p. 90), colocam que a “família e a escola são legitimadas, cientificamente e socialmente, como espaços privilegiados das ações preventivas das mazelas associadas aos jovens”, ou podem ser também, “segundo os especialistas, os principais causadores das periculosidades juvenis”. Segundo Freitas (2005 apud SILVA e LOPES, 2009, p. 89), a designação do período juvenil, em muitos contextos, “o conceito se amplia para baixo e para cima, podendo estender-se entre uma faixa máxima que compreende desde os 12 aos 35 anos.”

5.5 MERCADO DE TRABALHO

Oliveira e Piccinini (2011) no seu texto “Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos”, nos colocam que mercado de trabalho é “um dos primeiros conceitos que busca explicar a relação entre trabalhadores e organizações” e que a partir do vocábulo mais usual ele é um espaço (abstrato) onde há o confronto das ofertas e das demandas de emprego, juntamente com um ajuste em função do preço. Outra forma de observar o mercado de trabalho é, como um espaço dinâmico, isso porque, quando analisamos as relações entre indivíduos, instituições e sociedade, o mercado de trabalho sofre variadas transformações de maneira constante, originando “múltiplas formas de compreender como estas relações podem se efetuar”. (OLIVEIRA e PICCININI, 2011, p. 1519).

Observamos a partir de Oliveira e Piccinini (2011), que o mercado exige um diálogo entre os indivíduos, as instituições e a sociedade, isso para que haja um controle que possibilite um equilíbrio quando se trata das concorrências, entradas e saídas, políticas que controlam e sejam rigorosas no que tange ao ingresso de novos profissionais no mercado de trabalho. Neste sentido, nos voltemos para os jovens que são nosso objeto de estudo.

A partir da perspectiva neoclássica do século XIX, a oferta e demanda em confronto, isso é, num equilíbrio, têm como consequência o nível de emprego. “O salário (ou preço do trabalho) é a variável estratégica que permite a obtenção do equilíbrio”. Desta feita, a formação universitária, técnica, média, entre outras, se torna um investimento em “capital humano”, “onde a rentabilidade é função tanto dos custos dos estudos quanto da perspectiva de renda ligada à diferença de qualificação obtida pelo trabalhador, ao longo da vida ativa”. (KOPSCHINA, 2001, apud OLIVEIRA e PICCININI, 2011, p. 1522).

Guimarães e Almeida (2013) ao discutirem a relação entre os jovens e o mercado de trabalho, nos explicam que “a inserção produtiva dos jovens consolida-se como um grande desafio.” Os jovens são um público vulnerável, que na sua inserção ao mercado de trabalho, enfrenta maiores dificuldades e “tendem a encontrar ocupações mais precárias”. Isso é muito mais notável e agravado nos países com uma baixa escolaridade e uma frágil formação educacional da grande parte da população. Como consequência, é um público mais propenso à situação de desemprego e de desemprego em longo prazo, sendo objeto de políticas específicas em muitos países. Em prol dessa questão, pensar em políticas de emprego para os jovens é muito importante, pois, além de democratizar as chances de ascensão social e reduzir as desigualdades, o público jovem, para o autor, será, “por muitas décadas, parte da força de trabalho do país, impactando o potencial produtivo e competitivo.”.

Desta feita, um olhar voltado para os jovens é necessário, ainda mais quando a desigualdade se faz presente na estrutura social, de um país, como Angola.

5.6 ENSINO MÉDIO EM ANGOLA

O autor Mangens, nos fala que esta fase de escolarização tem o seu foco em “dar prosseguimento aos conhecimentos gerais que permitiam ao aluno ingressar no Ensino Superior e formar técnicos médios no ramo de interesse”, com um olhar voltado “para o desenvolvimento socioeconómico do país”. (MANGENS, 2016, p. 39-40).

Em Angola, segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n° 103/III/90 de 29 de Dezembro), no que tange ao ensino médio, no seu artigo Artigo 28° (Caracterização), temos:

1. O ensino médio tem a natureza profissionalizante e visa a formação de quadros médios em domínios específicos do conhecimento;
2. As instituições de ensino médio caberá a realização de tarefas de formação e de ligação às atividades económicas do país;
3. As estruturas de ensino médio deverão ter uma organização flexível que possibilite o ingresso de candidatos oriundos de diversas proveniências.

Já no seu Artigo 29º temos, como objetivos do ensino médio:

- a) Desenvolver a criatividade e a capacidade de análise, de inovação, de investigação e de decisão;
- b) Assegurar uma preparação específica que permite ao aluno uma inserção harmoniosa nos sectores profissionais;
- c) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo moderno e em especial, o entendimento da realidade nacional;
- d) Prestar serviços especializados à comunidade em que se insere e estabelecer com ela acordos de cooperação recíproca;
- e) Incentivar o trabalho de pesquisa e de projecto visando o desenvolvimento da sociedade e a inserção dos diplomados na vida activa.

6 METODOLOGIA

Para Fonseca (2002 apud GERHARDT e SILVEIRA (Orgs), 2009 p.12):

[...] *metodos* significa organização, ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

Precisamos prestar atenção quando se trata de metodologia e de métodos. Segundo (GERHARDT e SILVEIRA (Orgs), 2009, p. 13), “metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa”, já métodos são “os procedimentos (métodos e técnicas)”. E não deve ser confundida também com o conteúdo (teoria). A “metodologia vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa)”, ela indica a “escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo”.

Minayo (2007, p. 44, apud GERHARDT e SILVEIRA (Orgs), 2009, p.13) define metodologia de forma abrangente e concomitante, em três pontos:

- a) Como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer;
- b) Como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação;
- c) Como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

Para responder ao problema da pesquisa e alcançar os objetivos (geral e específicos) da pesquisa, farei uso da metodologia de abordagem qualitativa. Essa que, segundo (GERHARDT e SILVEIRA (Orgs), 2009, p. 31): se preocupa com “o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”.

Com a pesquisa qualitativa busca-se “explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito”, nela, não há uma quantificação dos valores e das trocas simbólicas “nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos⁷ (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens”. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível e o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. (GERHARDT e SILVEIRA (Orgs), 2009, p. 32).

As características da pesquisa qualitativa são:

[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (GERHARDT e SILVEIRA (Orgs), 2009, p. 32).

⁷ Análise de dados nominais sem qualquer noção de similaridade ou mesmo ordem; usa vetores de características com valores reais e discretos e com métricas estabelecidas. Disponível em: <http://recpad.info/arquivos/aula11/aula11_2011.pdf>.

Desta feita, para efetuarmos nossa pesquisa, começaremos com o levantamento bibliográfico, uma re/avaliação de conceitos, a fim de aprimorar suas compreensões e, assim, criar um círculo de diálogos textuais com autores que abordam, direta ou indiretamente, as questões foco da pesquisa. Posteriormente, far-se-á uma abordagem a partir do levantamento feito, sobre os diferentes conceitos, e uma análise sobre quais serão os relevantes para a pesquisa. Alguns desses conceitos já foram pensados, como: racismo, o racismo na perspectiva da sociedade angolana, preconceito, colorismo ou coloração, jovens, escola e mercado de trabalho.

Posteriormente, será realizada a seleção das escolas para a realização das entrevistas, após, o desenvolvimento de um roteiro com perguntas abertas, facilitando assim, o diálogo com os entrevistados, já que, o assunto, ainda é pouco debatido na sociedade angolana. Da mesma sorte, serão realizadas entrevistas com professores, buscando compreender suas análises sobre o papel da escola frente às possíveis situações de racismo no ambiente escolar.

A escolha das instituições e dos jovens, será a partir da localização e residência em que se encontram e moram, isto para possibilitar um equilíbrio entre a percepção sobre a tematiza e os seus lugares de fala. A seguir, faremos o tratamento das informações coletadas e a sua análise.

7 CRONOGRAMA

ANOS / ETAPAS	2018	2019		2020		2021
	2º Semestre	1º Semestr e	2º Semestr e	1º Semestr e	2º Semestr e	1º Semestr e
Revisão do projeto	x	x				
Levantament o bibliográfico e fichamentos			x	x		
Apresentação do projeto revisado				x		
Organizar a estrutura para a monografia			x	x		
Preparo do roteiro e coleta de dados				x		
Análise dos dados coletados					x	x
Elaboração e Redação do trabalho					x	x
Revisão e redação final						x
Entrega da monografia						x
Defesa da monografia						x

REFERÊNCIAS

Assembleia nacional. Constituição da república de angola, Pub. L. No. 111/2010 (2010). Disponível em:

<http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAO-APROVADA_4.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf> Acesso em: 12 de Maio de 2018.

Assembleia Nacional Popular. Lei de Bases do sistema educativo, Pub. L. No. 103/III/90 (29 de Dezembro). Disponível em:

<<http://www.unesco.org/education/edurights/media/docs/6e91cb4eb0fdcf264c81b6a663d5f60944b7442d.pdf>> Acesso em: 28 de Abril de 2018.

CARVALHO, Paulo. **Racismo enquanto teoria e prática Social**. In JESUS, Jaqueline de. et al. *O que é racismo?* Cadernos de ciências sociais. Lisboa: Escolar Editora, 2004.

CENSO. Resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação de angola 2014.

<http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%202032016_DEFINITIVA%2018H17.pdf>. Publicado pelo INE, Março de 2016. Acesso em: 26 de Abril de 2018.

Corbo, Wallace **Discriminação indireta: o que é e como superá-la?**

<https://www.jota.info/opinioeanalise/artigos/discriminacao-indireta-o-que-e-e-como-supera-la-25112017>. Acesso em: 28 de Abril de 2018.

Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa / org., Livio Sansone e Cláudio Alves Furtado; prefácio, Lilia Moritz Schwarcz; apresentação [feita pelos organizadores], com a colaboração de Teresa Cruz e Silva - Salvador: EDUFBA, 2014.

DJOKIC, Aline. Colorismo: o que é, como funciona

<<https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/>>. Publicado aos 26/02/2015. Acesso em: 25 de Abril de 2018.

FERNÁNDEZ, Encarnación. **"¿Cómo conjugar universalidad de los derechos y diversidad cultural?"**. *Persona y Derecho*, 49 (2003): 393-444.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. **"Raça e diplomacia: a correspondência diplomática estadunidense sobre angola, 1960-1961"**, 10 de agosto de 2017.

FRUCTUOZO, Ligia Maria Lario, e AMARAL, Sérgio Tibiriçá. **"África: o despertar de um continente"** Vol. 5 (2009). Disponível em:

<<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/2038>> Acesso em: 25 de Abril de 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel, e SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz, e ALMEIDA, Mariana Eugenio. “**Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil**”, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6845/4926>> Acesso em: 26 de abril 2018.

HENRIQUES, Joana Gorjão. **Racismo em português: O lado esquecido do colonialismo**. 1º ed. Rio de Janeiro: Tinta-da-China Brasil, 2017.

JAZEN, Thenille Braun. “**Compreender quem são os adolescentes e jovens para melhor entender suas interações com a música**”. 13 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/311607614_Compreender_quem_sao_os_adolescentes_e_jovens_para_melhor_entender_suas_interacoes_com_a_musica> Acesso em: 17 de abril de 2018.

LÔBO, Karla Rossana Gomes, e NASCIMENTO, Verônica Salgueiro do. “**Juventude e Identidade: Um Estudo Sobre a Construção Histórica de Pertencimento em Jovens**”, 2012. Disponível em: <http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/Trabalho_2070008797_1.pdf> Acesso em: 25 de Abril de 2018.

MANGENS, Raimundo Sapalo. “**As reformas do sistema educativo em Angola: Ensino de Base 1975 - 2001**”. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2016.

MARRATZU, Priamo. “**Angola e Brasil: Realidade, Ficção e Democracia Racial**”, 2006.

Monteiro, Adriana Carneiro. **Direito à não – discriminação**. <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/pb/dhparaiba/5/discrimina.html>. Acesso em: 25 de Abril de 2018.

NORWOOD, Kimberly Jade. “**If You Is White, You’s Alright....” Stories About Colorism in America**” 14 (2015). Wash. U. Global Stud. L. Rev. Disponível em: <http://openscholarship.wustl.edu/law_globalstudies/vol14/iss4/8> Acesso em: 26 de abril 2018.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de, e PICCININI, Valmíria Carolina. “**Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos**”, 2011.

PINTO, João Paulo Henrique. “**A identidade nacional angolana - definição, construção e usos políticos**”. 2016.

SILVA, Carla Regina, e LOPES, Roseli Esquerdo. “**Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas**”, Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, dezembro de 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TELO, Florita Cuhanga António. **“ANGOLA: A trajetória das lutas pela cidadania e a educação em direitos humanos”**. Universidade Federal da Paraíba, 2012.